

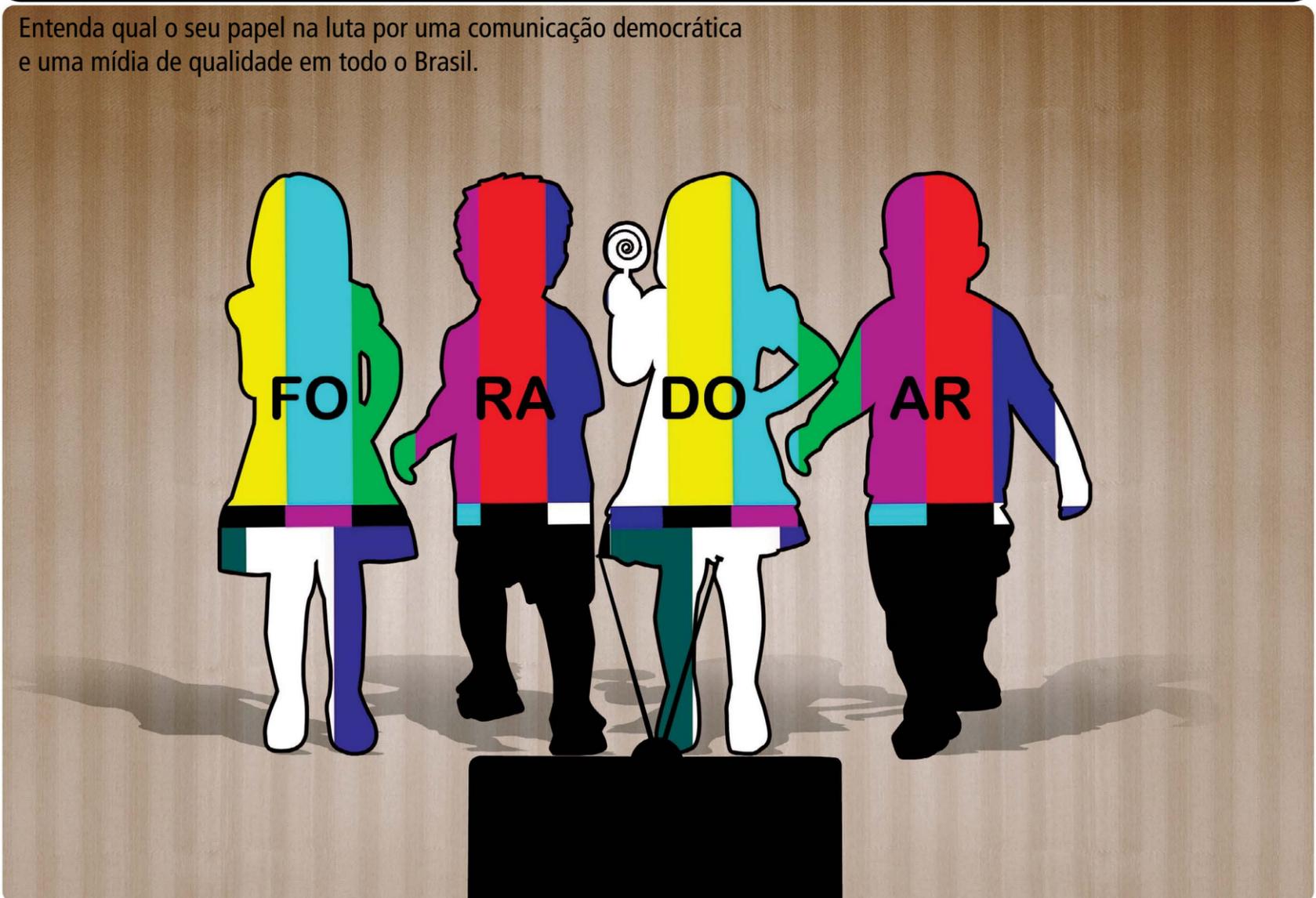


JORNAL CRP 03 BA

www.crp03.org.br

“PSICÓLOGA(O), FIQUE ANTENADA(O)!”

Entenda qual o seu papel na luta por uma comunicação democrática e uma mídia de qualidade em todo o Brasil.



EDILENO CAPISTRANO

**Vitória do Interior:
Plenária histórica em
Conquista**

PÁGINA 5

**Fala, Categoria! A
maternidade em xeque**

PÁGINAS 8-10

**Conheça as etapas
de um processo ético**

PÁGINA 11

**Crianças Abrigadas: é
possível educar sem punir?**

PÁGINA 17

VII Conpsi, a Psicologia em Movimento

Valter da Mata
(CRP 03/1990)
Presidente do CRP-03



O ano de 2011 chegou ao seu meado e, assim como todo o planeta, a Psicologia encontra-se em grandes transformações. Novos desafios para nós psicólogas e psicólogos de um novo milênio. Novos campos de atuação profissional nos impulsionam para repensarmos nossas práticas e para tanto precisamos estar atent(a)os a essas novas demandas. Precisamos comunicar nossos fazeres teóricos e práticos e dessa forma consolidar o processo da Psicologia em Movimento.

Um dos espaços mais profícuos para veiculação de nossas pesquisas e experiências empíricas é o CONPSI – Congresso Norte Nordeste de Psicologia, que na sua sétima edição, volta renovado e muito fortalecido à sua terra natal, a Bahia. O VII CONPSI é um evento de grandes proporções, há muito deixou de ter caráter regional, recebendo pesquisadoras(es), profissionais e estudantes de todo os cantos do Brasil. O próprio tema do VII CONPSI, “Práticas e Saberes Psicológicos e suas Interconexões”, deixa claro o processo da Psicologia em Movimento. Esta que é uma ciência e uma profissão que a todo o momento se renova, buscando interconexões com diversas áreas do conhecimento e campos profissionais como a defesa civil e a mobilidade humana. Valorizar o humano e o comprometimento com a promoção de direitos são as nossas diretrizes, portanto, estamos a serviço da dignidade humana, sem nos prestarmos ao pseudo-desenvolvimento que em nome do “progresso” atropela a tod(a)os nós, violentando-nos coletiva e individualmente.

Equilibrar tantas pressões não é tarefa fácil, afinal em cada psicóloga(o) encontramos um ser humano, que experimenta as vicissitudes de uma sociedade moderna imersa numa ideologia neoliberal que transforma a tod(a)os nós em mercadoria. A gestão Cuidar da Profissão do CRP 03, juntamente com o SINPSI-BA estabeleceram uma parceria no direcionamento das 30 horas semanais para toda categoria. Entendemos que melhores condições de trabalho e a redução da carga horária são fundamentais para realização de um trabalho qualificado, ao mesmo tempo que proporciona tempo para atualização de conhecimento.

Não podemos deixar de mencionar que no último mês de março, o plenário do CRP 03 reuniu-se em Vitória da Conquista, por entender que aproximar-se da categoria do interior do Estado é prática fundamental para consolidação de um processo vitorioso de interiorização da autarquia, de acordo com o planejamento estratégico realizado no início deste ano. Firme nos propósitos e nos compromissos assumidos na campanha, a Gestão Cuidar da Profissão tem realizado tarefas fundamentais em diversas frentes como a Luta Antimanicomial, a Defesa das Crianças e Adolescentes e ocupando espaços nos órgãos de controle social como o Comitê de Saúde da População Negra, o Conselho Estadual de Trânsito e Conselho Municipal da Mulher/SSA. Conclamamos mais uma vez a categoria a ocupar o espaço do Conselho, ele é de tod(a)os nós e essa ocupação é o ponto de partida para colocar a Psicologia em movimento.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA BAHIA - Gestão “Cuidar da Profissão” 2010 - 2013

Expediente

O **Jornal do CRP-03** é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia da Bahia.

Diretoria:
Valter da Mata (presidente)
Alessandra de Almeida (vice-presidente)
Maria Célia Vaz (tesoureira)
Nicoleta Mattos (secretária)

Conselheiras (os) efetivas (os):
Carlita Bastos, Kueyla Bittencourt, Valdísia da Mata,
Rosângela Castro, João Martins, Jeane Araújo

Conselheiras (os) suplentes:
Sônia Kader, Carlos Vinícius Melo, Arneith Peixoto, Leni
Fragoso, Cássia Eugênia Cardoso, Rogério Abílio, Clayton
de Almeida, Emmila Di Paula dos Santos

Comitê Editorial:
Carlos Vinícius Melo, Fernanda Vidal, Helena Miranda,
Luciana França, Rosângela Castro e Valter da Mata

Revisão Editorial:
Márcia Serra e Rosângela Castro

Coordenação Editorial:
Rosângela Castro

Jornalistas Responsáveis:
Gabriela Bastos e Tom Correia

Estagiária:
Vanessa Loureiro

Projeto Gráfico e Produção Editorial:
AG Editora: (71) 3014-4999

Impressão:
Sooffset Gráfica e Editora: (71) 3172-2121
Tiragem: 6.300 exemplares
Periodicidade: Quadrimestral

Sede: Rua Professor Aristides Novis, 27
B. Federação | Salvador | Bahia
Tel: (71) 3332-6168 | www.crp03.org.br

Índice

04 **Aconteceu**

06 **Dicas de Leitura**

07 **CREPOP**

08 **Fala, Categoria!**

11 **COE e COF**

12 **Capa**

16 **Psicologia e Arte**

17 **Artigo**

18 **Perfil**

20 **Agenda**

Carta das (os) leitoras (es)

Psicóloga (o) envie-nos um e-mail e indique sugestões de assuntos para o Jornal do CRP-03. Você também pode opinar sobre os textos já publicados.

Mensagens para o **Jornal do CRP-03** devem ser enviadas para jornal@crp03.org.br.

Veja as mensagens sobre a edição passada.

Primeiramente queria parabenizar pelo novo formato do jornal, está muito bom! Em segundo lugar, quero fazer uma sugestão: por que este informativo não disponibiliza um espaço ao (à) leitor (a) / psicólogo (a) no qual estas (es) poderiam enviar artigos e o melhor texto do mês publicado nesta seção? Isso serviria de estímulos para a reflexão das (o) profissionais sobre temas pertinentes à nossa profissão.

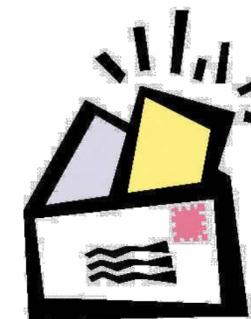
Vladimir Nascimento, Candeias - BA | CRP 03/4531

Resposta CRP-03

Olá Vladimir. Ótima sugestão sobre os artigos. Vamos analisar essa proposta para as próximas edições.

“Recebi o Jornal do Conselho e estou escrevendo para dar os parabéns. Realmente o avanço é incontestável. Algumas matérias, mesmo voltadas para a categoria, parecem muito mais interessantes mesmo para uma leiga como eu. Parabéns a toda a equipe.

Janaína Santana, Diretora de Operações de uma agência de Publicidade e Propaganda



Ops, Ato Falho

Na produção do número anterior, cometemos alguns deslizes. Sabemos que “ato falho” evidencia um conteúdo inconsciente, entretanto, para nossa equipe, usar o termo aqui significa também manter o bom humor e o alto-astrol mesmo diante dos equívocos. Como “herrar é umano”, pedimos desculpas e corrigimos nossas falhas, prometendo redobrar nossa atenção nas próximas edições.

- Na Seção “Fala Categoria!”, página 15, onde se lê Ana Lucena Sá, leia-se Regina Teixeira.

- Na Seção “Direitos Humanos”, página 18, onde se lê Amarante César, leia-se Amaranta César.

- Na página 11, no texto “Assembleia Orçamentária e nova anuidade do CRP03”, esclarecemos que 1/3 do valor da tributação das anuidades destinada ao Conselho Federal de Psicologia, neste caso equivale a 25% por conta de um acordo político feito entre o CRP-03 e o CFP.

ISSN

Colaboradoras (es) valorizadas (os)

Número de ISSN obtido pelo impresso do CRP pode ser considerado para pontuação de Mestrado, Doutorado e currículo Lattes

As(os) psicólogas(os) agora possuem um motivo a mais para colaborar com o jornal do Conselho. A partir desta edição, o impresso conta com ISSN (Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas (International Standard Serial Number)). O número individualiza o impresso, tornando-o único e definitivo. Além disso, valoriza ainda mais o trabalho das(os) colaboradoras(es) já que por meio dessa identificação os artigos podem contar como pontos extras durante as seleções para mestrado e doutorado – e mesmo para concursos públicos de provas e títulos –. O código pode também conferir pontuação no currículo Lattes do(a) professor(a) ou pesquisador(a).

Atuação das (os) psicólogas (os) nos CRAS na Região Oeste da Bahia

ROGÉRIO ABILIO

A Subseção Oeste do CRP-03 realizou no dia 29 de janeiro deste ano o evento "Atuação das (os) psicólogas (os) nos CRAS na Região Oeste da Bahia" na cidade de Barreiras-BA. O encontro reuniu psicólogas (os), estudantes de Psicologia, assistentes sociais e ainda contou com a presença da Secretária de Assistência Social do Município, Nádia Caitano Silva. As (os) participantes discutiram sobre as dificuldades e os pontos positivos de trabalhar nos municípios da região. Na oportunidade foi promovida uma consulta para nomear as (os) representantes da Subseção Oeste. Os novos nomes são: Thyara Campos (CRP- 03/6209) representante e Eric Gamaliel (CRP – 03/IP7146) e Fabiana da Silva (CRP – 03/4149) suplentes. Também foram escolhidas as representações dos Núcleos Gestores de Santa Maria da Vitória e Luis Eduardo Magalhães. Em Santa Maria da Vitória, Patrícia Fogaça (CRP – 03/2675) será a representante e Waldenise Santos (CRP – 03/5607) a suplente. Já em Luis Eduardo Magalhães a representação é de Maria Raquel Ide (CRP – 03/6653) e Nilto César Rockembach (CRP – 03/IP7690) como suplente. ☺



Situação dos CAPS foi discutida em Tribuna Popular

GABRIELA BASTOS



A Tribuna Popular da Câmara Municipal de Vereadores foi realizada no dia 21 de fevereiro de 2011, na Câmara Municipal de Salvador com a finalidade de expor a situação dos CAPS, Centros de Atenção Psicossocial de Salvador. Das (os) 41 vereadoras (es), 37 estavam presentes e participaram da sessão. Representantes da AMEA,

Associação Metamorfose Ambulante, formada por usuárias (os) e familiares das (os) usuárias (os) dos serviços de saúde mental aproveitaram o espaço para denunciar a problemática dos CAPS como falta de segurança, higienização, alimentação e até medicamentos. Além disso, foi defendida a questão do passe livre para que as (os) usuárias (os) dos serviços deem continuidade ao tratamento. Vereadoras e vereadores defenderam a importância desses Centros e se comprometeram com as questões levantadas durante a Tribuna. ☺

Planejamento Estratégico do CRP-03

O Planejamento Estratégico 2011 do CRP-03 foi realizado nos dias 22 e 23 de janeiro de 2011, no auditório do Hotel Monte Pascoal, em Salvador-BA. A reunião contou com a presença de todas (os) as conselheiras (os) do XIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia da Bahia, psicólogas (os) convidadas (os) da gestão e funcionárias (os) do Conselho teve a finalidade de debater a Missão e Objetivos Estratégicos da Gestão para o ano de 2011. Os pontos discutidos foram: a consolidação do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) como instrumento de gestão, Compromissos Sociais da Psicologia, Comunicação Qualificada, Estrutura Organizacional do CRP-03 e Interiorização do Conselho. A pauta do planejamento foi construída pelas (os) conselheiras (os) com base em uma avaliação geral da última gestão (2007-2010), nos avanços e confirmações de compromissos. ☺



GABRIELA BASTOS

Plano de ação:

Em 19 de fevereiro, conselheiras (os), psicólogas (os) convidadas (os) e funcionárias (os) do Conselho discutiram o plano de ação do CRP-03 para o ano de 2011. O plano de ação constituiu no detalhamento dos pontos levantados durante o planejamento estratégico.

CFP lança campanha em homenagem ao Dia Internacional da Mulher

CFP



O Conselho Federal de Psicologia lançou a campanha Psicologia: profissão de muitas e diferentes mulheres em homenagem ao dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. A campanha possui um website <http://mulher.pol.org.br/> onde é possível a publicação de fotos, vídeos, histórias de trabalho de psicólogas que quiserem colaborar com o conteúdo do endereço eletrônico. Acesse e confira! ☺

Conselho treina funcionárias (os) para uso de novo programa de Custos

Visando a melhoria no atendimento às (as) profissionais de Psicologia, o CRP-03 investiu na capacitação de algumas (ns) funcionárias (os) do Conselho no novo Sistema de Pagamento, Recebimento e Orçamento e do CCCUSTO – Controle de Centro de Custos. O treinamento aconteceu entre os dias 14 e 16 de março de 2011. ☺

CRP-03 inicia coleta seletiva de lixo

BANCO DE IMAGEM

Firmando um compromisso com o meio ambiente, O CRP-03 iniciou em fevereiro deste ano a retirada do lixo do Conselho para a coleta seletiva feita através de uma cooperativa de catadoras (es) de Salvador. Este tipo de coleta é caracterizado por separar materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) do resto do lixo. Entre os benefícios da iniciativa estão:

redução de desmatamento de florestas nativas, diminuição da poluição do solo, da água e do ar, contribui com a limpeza da cidade e muitas outras coisas. Entre nessa você também e faça sua parte apoiando a sustentabilidade do planeta! ☺



Encontro Histórico

Pela primeira vez em 40 anos, é realizada reunião plenária no sudoeste baiano, ratificando o processo de interiorização como projeto de campanha e prioridade da gestão

Texto e foto: Tom Correia

Colaboração: Rosângela Castro

Um marco na trajetória do CRP-03 e talvez no Sistema Conselhos. Assim pode ser definido o encontro realizado no último 19 de março, Vitória da Conquista, com a décima segunda Plenária tornando-se a primeira realizada fora de Salvador em quatro décadas de Conselho. Em pauta, foi discutida entre outros assuntos, a representação da categoria na Psicologia das Emergências e Desastres e na Política Nacional de Defesa Civil.

Para o presidente do CRP-03, Valter da Mata, a Psicologia está se voltando para o interior do Estado, diante do número cada vez maior de faculdades e de profissionais requisitados(as) para atuar em políticas públicas. "Nada mais justo do que realizar este evento numa cidade que possui o segundo maior número de psicólogas(os) na Bahia [cerca de 390]. Além de ter sido um projeto de campanha, a interiorização é uma prioridade da atual gestão", afirmou. Além da plenária foi feito um encontro entre psicólogas(os) e gestoras(es) atuantes em diversas frentes, lá tiveram a oportunidade de expor a realidade e necessidades vividas na região. A questão do papel da(o) psicóloga(o) nas iniciativas das políticas públicas foi amplamente discutida.

Uma das grandes responsáveis e colaboradoras para que a reunião plenária acontecesse, é Kueyla Bittencourt (CRP 03/2797). Dedicada e pioneira da interiorização desde a gestão passada, quando assumiu a Cominter, ela viajou por diversas cidades baianas para implementar o projeto que se consolida agora. "Havia uma demanda muito grande em relação à descentralização dos encontros. Este evento em particular valorizou as(os) profissionais daqui e é resultado de uma rearticulação iniciada há pelo menos dois anos", afirmou a atual conselheira e integrante do Crepop Interior. O planejamento estratégico 2011 prevê que pelo menos duas vezes por ano se repitam reuniões como essa em diferentes cidades. Outro projeto que deve ser retomado em breve é o conselho itinerante, com orientadora(es) fiscais e representantes do CRP-03 visitando faculdades do interior para apresentar a instituição às(os) futura(s) psicólogas(os) e realizando encontros de atualização profissional junto à categoria.

Palestra em Faculdade

No dia anterior (18/03), o presidente do CRP-03, Valter da Mata, também proferiu palestra durante a Jornada de Psicologia da Faculdade de Tecnologia e Ciência em Vitória da Conquista. Cerca de 200 alunas(os) estiveram presentes ao evento coordenado pela psicóloga Leliana Ladeia (CRP 03/02144), que na oportunidade destacou a importância de se levar conhecimento extra às(aos) graduandas(os). Para Kelly Coutinho, 3º semestre, a jornada foi proveitosa no sentido em que desperta nas(os) estudantes a relevância da profissão dentro da sociedade. ☺



Próximas Plenárias

28/Maio
11/Junho
16/Julho
6/Agosto
17/Setembro*

*Porto Seguro (BA)

Disponíveis na biblioteca do CRP-03



CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais

Este livro-guia responde de que maneira a estrutura física do CRAS pode favorecer a qualificação da prestação de seus serviços essenciais. Esta é uma publicação técnica da Secretaria Nacional de Assistência.

Ano: 2009
Número de páginas: 56
Média de preço: Não está a venda



REVISTA POLI

Desenvolvida por uma instituição pública, a revista não tem foco exclusivamente institucional: é jornalismo público a serviço do fortalecimento da Educação Profissional em Saúde, Educação e Trabalho. Para ter acesso a outras edições da revista, acesse: <http://www.epsvj.fiocruz.br/index.php?Area=RevistaPOLI&Destques=1>

Ano 2010.
Não está a venda

revista estudos feministas



Revista Estudos Feministas.

Esta revista tem como objetivo divulgar a vasta produção de conhecimento no campo dos estudos feministas e de gênero, buscando dar subsídios aos debates teóricos nessa área, bem como instrumentos analíticos que possam contribuir às práticas dos movimentos de mulheres.

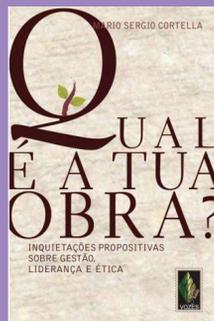
Sediada: Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Ano: 1992

Média de preço: R\$ 35,00



A psicóloga Priscila Galdensio (CRP 03/6771) sugere o livro "Qual é a tua obra" – Inquietações Propositivas sobre ética, liderança e gestão.



Livro no qual o autor fala sobre conceitos e pré-conceitos do trabalho, e define o líder espiritualizado, como aquele que reconhece a própria obra sendo capaz de edificá-la, buscando incessantemente o significado das coisas.

Editora Vozes
Ano: 2007
Edição: 1
Número de páginas: 144
Média de preço: R\$16,80



Livraria de Psicologia na internet
Distribuidor oficial: Casa do Psicólogo

Rua Agnelo de Brito, 141, Loja 1, Garibaldi Salvador - BA
(71) 3351-8041 / 4101-9505

Acesse o site www.larpsi.com



- Últimos lançamentos
- O maior acervo de livros de psicologia
- FRETE GRÁTIS a partir de R\$ 200,00
- Todas as formas de pagamento

Transversalidade e Intersetorialidade

Gisele V. D. O. Lopes (CRP03/ 4934) - Técnica responsável pelo CREPOP-03
Gloria Mª M. Pimentel - Estagiária do CREPOP-03

Diversas políticas públicas tem sido implementadas e executadas por setores como a saúde, educação, assistência social, segurança pública, entre outros, com diferentes responsabilidades entre os níveis gestão – municipal, estadual e federal – visando a descentralização político-administrativa, a integralidade das ações e o aumento do controle social. Isto resulta em uma menor verticalização das ações do governo, em prol de uma regionalização das mesmas, respeitando assim a Constituição Federal de 1988.

Entretanto, a complexidade do fenômeno da exclusão social demanda um Estado com maior capacidade de articular as agendas políticas e de ampliar o universo e a participação dos atores e atrizes nas políticas públicas, permitindo que a sociedade, vista não só como objeto de ações, mas como agentes de transformação social, também possa participar da identificação e resolução de seus dilemas.

Além disso, diante da extensão territorial do País, tem-se uma diversidade climática, geográfica, econômica e cultural que responde de maneiras distintas às ações governamentais. Neste sentido, as políticas públicas precisam ser adequadas às características etnográficas, epidemiológicas e sócio-econômicas das populações e territórios onde serão implantadas e agregar ações conjuntas entre os diversos setores, levando em consideração a complexidade das questões sociais, as multicausalidades e interdependência entre estas.

De modo complementar a essa perspectiva, a adoção de temáticas, objetivos e projetos comuns nas diversas políticas, inseridos em grandes linhas de atuação, favorecem uma maior amplitude das ações estatais e viabiliza estratégias mais eficazes de enfrentamento aos problemas sociais. Todavia, a estrutura tradicional do governo, fragmentada e burocrática, não tem dado conta de identificar e responder satisfatoriamente às necessidades sociais. As políticas públicas brasileiras, historicamente, buscam atender às demandas específicas, a partir da lógica da departamentalização e especialização, sem articular com os diversos setores estatais, bem como outras instituições e atores e atrizes.

O que fazer para aumentar a eficiência da gestão pública? Que tecnologias e estratégias podem ser adotadas para intervir nos problemas sociais, uma vez que eles se reforçam mutuamente? O que deve ser priorizado? Na tentativa de responder tais questões, discussões mais recentes apontam para perspectivas, ou modos de organização dos serviços públicos, que possam potencializar as ações das políticas públicas sociais e os resultados esperados. A primeira perspectiva é a intersectorialidade, que pode ser entendida como a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social¹. A proposta aponta, para a gestão e demais atores da política, a necessidade de se obter uma compreensão compartilhada de finalidades, objetivos, ações, indicadores e práticas articuladas, bem como o compromisso de superar os problemas de maneira integrada².

Por outro lado, a transversalidade é uma proposta por meio da qual se busca dar respostas organizacionais à necessidade de incorporar temas, visões, públicos, enfoques, problemas, objetivos, entre outros, às tarefas da organização, os quais não se encaixam em apenas uma das estruturas verticais³. Em síntese, pode-se afirmar que temas transversais implicarão necessariamente em ações intersetoriais. Enquanto a transversalidade aponta temas que não são exclusivos de uma determinada política pública, mas de um conjunto delas, a intersetorialidade aponta para formas de integração e harmonia das ações dos diversos órgãos setoriais⁴.

Uma atuação intersetorial e transversal aumenta as possibilidades de atuação estatal, uma vez que congrega recursos humanos e financeiros, permite uma análise ampliada do contexto, e desenvolve ações articuladas e complementares, o que propicia maior efetividade e aumenta as chances de gerar algum impacto na realidade social. Nesse contexto, o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP busca pesquisar e referenciar a atuação profissional em políticas públicas, desenvolvendo ferramentas para uma prática mais ética e comprometida com a garantia de direitos.

Com essa perspectiva, a partir das deliberações do VII Congresso Nacional da Psicologia – VII CNP e da Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia – APAF, foram eleitas duas temáticas transversais e intersetoriais para o ciclo de pesquisas do CREPOP em 2011. Neste ano, serão pesquisadas as políticas de Atenção à Pessoa Idosa e de Segurança Pública, que estão transversalizadas nas políticas de saúde, assistência social, educação, moradia, trabalho, lazer, entre outras. As(os) psicólogas(os) inscritas(os) no CRP03 serão chamados pelo Crepop03 para participar das pesquisas, de modo a contribuir para a construção das referências, em um esforço coletivo da rede CREPOP nas regionais em todo país.

Você, psicóloga(o), pode se atualizar sobre as pesquisas CREPOP, colaborar na construção de referências técnicas para atuação nas políticas públicas, bem como ter acesso as publicações no site www.crepop.pol.org.br e às atividades regionais através do blog www.wordpress.observatorio03.com.



CREPOP
Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
Acesse o portal: <http://crepop.pol.org.br>

Referências:

1. JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. In **Revista de Administração Pública**, vol. 32 n.2 Rio de Janeiro: FGV, 1998.
2. MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. Gestão de Políticas Públicas: Estratégias para Construção de uma Agenda. IX Congresso Nacional de Recreación Coldeportes / FUNLÍ-BRE. Bogotá: 2006. Disponível em <http://www.redcreacion.org/documentos/congreso9/TMenicucci.html>. Acesso em 01 de Fevereiro de 2011.

Outras informações:
(71) 3247 6716
crepop03@crp03.org.br

Das mães e suas antípodas

ROSÂNGELA CASTRO¹



Nas primeiras linhas do verbete 'mulher' do dicionário Aurélio, consta: "O ser humano do sexo feminino capaz de conceber e parir outros seres humanos, e que se distingue do homem por estas características". Onde podemos especular sobre a importância do papel de mãe na definição identidade feminina. Se pensarmos que boa parte dos debates de segundo turno da última campanha presidencial foi dedicada ao tema aborto/maternidade, teremos uma vaga noção do apego social a este fenômeno, descontando, é claro, a manipulação maniqueísta e eleitoreira do tema por parte das (os) candidatas (os).

Algumas teorias psicológicas atribuem à função materna papel preponderante na constituição do sujeito (tanto da mulher quanto das filhas e filhos), conceitos como 'mãe suficientemente boa', 'seio bom' 'seio mau' reforçam a importância da maternidade. O fato biológico de a gestação ocorrer no corpo feminino faz incidir sobre a mulher duas grandes representações não desprezíveis, uma que naturaliza a identidade feminina e a maternidade traduzida em interpretações psicológicas pela expressão instinto materno[2] e outra que as sacraliza, associando-as ao suposto poder divino de gerar vida.

Se concordarmos que práticas discursivas podem engendrar condutas, prescrever comportamentos e subsidiar políticas públicas, não podemos nos esquivar de pensar cuidadosamente essas representações e discursos no âmbito da psicologia e suas consequências. A primeira consequência é que assim associadas à natureza e ao sagrado as mulheres são investidas de um "padrão de mulher mãe que tem como produto uma norma da maternidade"[3] e tudo que foge desse padrão de mulher/mãe como as mães solteiras, mães adolescentes, as chamadas barrigas de aluguel, mulheres inférteis, ou que optam pela vida pública em detrimento da reprodução tendem a ser, em maior ou menor grau de intensidade, rechaçadas socialmente, ou tomadas como desnaturadas, antimães, ou sacrílegas como o caso daquelas que interrompem voluntariamente a gravidez, criando hierarquizações entre elas.

O preconceito que incide sobre as lésbicas também decorre parcialmente daí, visto que se considera que estas abrem mão de sua função mais essencial ao praticarem sexo não reprodutivo. A segunda consequência desse investimento é certamente a naturalização da condição feminina, como já antecipamos antes, a psicologia, ou parte dela, contribui em muito para isso ao incluir em seu rol discursivo a ideia de amor[4] e instinto materno, mas ela não se esgota aí. Fruto dessa naturalização as mulheres são também vistas como mais irracionais, emotivas, infantis e até mais vingativas que os homens.

A terceira consequência é que sobre o corpo feminino irá incidir uma vigília que possibilitará não só o controle daquele corpo individual, mas de outros corpos que ela venha a reproduzir ou não. Dito de outro modo, controlar o corpo, comportamento e sexualidade das mulheres sempre foi uma questão de estratégia política, o que Foucault ao analisar as sociedades disciplinares, identificaria como uma estratégia do biopoder. Diz-se por aí que as mulheres conquistaram a autonomia e autodeterminação sobre seus corpos com a tecnologia das pílulas anticoncepcionais. Sem desconsiderar a importância desse invento, queremos por em suspeita essa afirmação.

Quantas mulheres têm acesso à pílula? Quantas podem efetivamente decidir qual o momento de engravidar ou não? Quantas escolhem de modo autônomo o número de filhas e filhos e que destino dar às gestações indesejadas? Serão essas decisões competência da mulher ou pelo menos do casal? Longe disso. Essas são decisões que passam pela agenda de sábias (os), filósofos (os) e governantes (quase sempre homens, visto que as cátedras universitárias e os postos de governo são ainda majoritariamente ocupados por eles). Vejamos o exemplo aparentemente simplório da gravidez na adolescência. Antes tida como normal e até desejável, hoje é vista como um fato médico, quase uma doença a ser evitada e prevenida.

Aliás, a maternidade de um modo geral passou a ser medicalizada. Desde antes da fecundação até o parto, passando pelo cuidado com as (os) filhas (os), todas as etapas têm um forte acento médico-científico, além disso sobram intervenções 'psicologizantes' que não raro confundem mães e pais sobre seus papéis parentais fazendo-os cada vez mais reféns das(os) especialistas que prescrevam condutas padronizadas. Aqui já começamos a visualizar de modo embrionário as consequências dessas representações sobre a mulher mãe no campo das políticas públicas. decorre o reduzido tempo de licença paternidade em comparação ao razoável tempo de licença maternidade que faz as mulheres parecerem mais caras e portanto menos desejáveis aos olhos de empregadoras e empregadores; decorre também o das políticas de saúde da mulher na reprodução, como se estas se reduzissem ao aparelho reprodutor. Do outro lado da mesma moeda a quase absoluta desatenção às mulheres que abortam.

O aborto no Brasil é uma grave questão de saúde pública, o código penal de 1940 define a sua prática como crime, permitindo-o apenas em casos de risco para a mulher ou em caso de gravidez 'não apenas indesejada, mas imposta pela desonra de um estupro'[5], a

in-justiça dessa legislação é que ela pune diretamente a mulher, obnubilando o fato de que para produzir uma gestação, em geral, é necessário um homem e uma mulher.

É notório que a proibição não impede a realização de centenas de abortamentos ilegais e inseguros. Também é inegável que as principais prejudicadas são as mulheres pobres, não raro negras que recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) com complicações resultantes de um aborto feito em condições precárias. Existem duas normas técnicas aprovadas pelo Ministério da Saúde. A primeira assegura assistência imediata a mulheres vítimas de violência[6]; a segunda orienta sobre o acolhimento e tratamento digno que toda mulher em processo de abortamento, espontâneo ou inseguro, tem direito ao ser atendida no SUS[7]. No entanto, o processo de abortamento é amiúde marcado pelo sofrimento, solidão e até maus tratos por profissionais de saúde que mesmo em casos de abortamento espontâneo tendem a discriminar as mulheres.

O VII Congresso Nacional da Psicologia realizado no ano passado em Brasília, aprovou uma moção de apoio à legalização do aborto. A discussão sobre o tema no Brasil é marcado por posicionamentos individualistas (ser contra ou a favor), pelo teor religioso, e pelo sensacionalismo, faz-se crer que em caso de legalização o aborto seria praticado a qualquer momento da gestação e de modo aleatório, travancando o processo de discussão em termos de direitos sexuais e reprodutivos.

Nos países em que essa prática é legalizada há um conjunto de normas a que regulamenta Em Portugal, por exemplo, onde o abortamento é legalizado desde 2007, a interrupção é permitida até a décima semana de gestação. Os procedimentos incluem, além de cuidados médicos, atendimento psicológico. No Brasil estamos num estágio quase embrionário do debate sobre o tema do aborto. Embora o movimento feminista se empenhe pela descriminalização da prática, a associação da mulher à maternidade ainda obstrui o juízo que estabelecemos não só sobre a interrupção da gravidez, como sobre as demais políticas públicas voltadas às diferentes mulheres que compõem a nossa sociedade. Todas elas mulheres, cidadãs portadoras de direitos sexuais, reprodutivos e humanos.

Accesse o blog do Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia: observatorio03mulheres.wordpress.com e saiba mais sobre assuntos relacionados às questões de gênero.

[1] Rosângela Castro é psicóloga (CRP03/3069), professora da Universidade Estadual de Feira de Santana, compõem o GT de psicologia e relações de Gênero; conselheira responsável pela Comissão de comunicação. Mestre em saúde coletiva.

[2] LUNA, Naara. Maternidade desnaturada: uma análise da barriga de aluguel e da doação de óvulos. Cadernos pagu. (19).2002, p.233-278

[3] NARDI, Henrique Caetano; MOREIRA, Lisandro Espindula. Mãe é tudo igual. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 17(2): 344, maio-agosto/2009

[4] Para uma crítica a ideia de amor materno ver BADINTHER, Elizabeth.

[5] Legal, seguro e raro - manifesto contra a forma como o aborto foi tratado durante o período eleitoral no Brasil, disponível em <http://www.sxpolitics.org/pt/?p=2214> e <http://www.clam.org.br/publicacoes/cgilua.exe/isy/start.htm?UserActiveTemplate=%5FB8&inford=7594&sid=8>, acessado em 25 de janeiro de 2011

[6] Norma Técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes de Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, de 1998

[7] Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento, de 2004

FOTOS: TOM CORREIA

“A responsabilidade da contracepção fica muito por conta das mulheres e o acesso a contraceptivos é limitado. Entre as mulheres de baixa renda isso é muito mais gritante, com muitas jovens fazendo ligadura de trompas porque elas têm dificuldade de usar outros métodos de contracepção menos radicais e agressivos. E no meio disso temos o aborto como uma prática da nossa realidade, sendo uma das maiores causas de morte entre as mulheres em idade fértil. Políticas públicas de apoio à maternidade é algo muito mais complexo do que contracepção. E aqui constatamos uma contradição: ao mesmo tempo que há uma naturalização das mulheres enquanto mães, elas, de modo geral, não encontram por exemplo creches onde possam deixar seus filhos para exercerem sua profissão. Em todas as classes sociais, em especial nas de baixa renda, ter um filho implica em muitas demandas e não há um suporte nas políticas públicas que auxilie a maternidade.”

VÂNIA BUSTAMANTE (CRP 03/2950) PSICÓLOGA PERUANA RADICADA EM SALVADOR E PROFESSORA DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UFBA.



TOM CORREIA

“Vejo que houve muita mudança com a emancipação da mulher porque antigamente sua função primordial era a maternidade e hoje em dia a gente percebe que há uma certa diferença, não necessariamente toda mulher precisa ser mãe, mas ainda há uma certa cobrança do meio social. Ainda ouço de algumas que elas se sentem incompletas por não engravidarem e também existe as que são pressionadas por não desejarem ter um filho. Algumas engravidam sem vontade e tem dificuldade para estabelecer um vínculo com a criança e isso é muito questionado pela sociedade.”

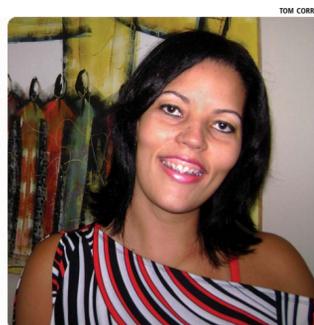
ALESSANDRA DA COSTA MEIRA (CRP 03/3267) PSICÓLOGA DO INSTITUTO DE PERINATOLOGIA DA BAHIA – IPERBA



TOM CORREIA

“A questão do “instinto materno” ainda é posta de forma veemente nas representações sociais sobre maternidade. A nossa cultura alia de forma naturalizada e instintiva o ser mulher ao ser mãe – e mais do que isso: uma boa mãe – colocando à margem aquelas que não desejam ter filhos, por exemplo. Cansamos de ouvir a expressão “mãe desnaturada” quando a mulher-mãe não age da forma socialmente esperada na relação com as(os) suas(suas) filhas(os). Gosto de usar a expressão mulher-mãe justamente para enfatizar que uma mulher é uma mulher (isto sem perder de vista as suas especificidades) e esta só será mãe, filha, esposa, companheira, etc apenas em determinadas situações/relações sociais. Há que se considerar que a maternagem é uma construção social e não algo aprisionado na biologia das mulheres. Assim ela também pode estar presente entre os homens. Há muitos pais que maternam os seus(suas) filhos(as) e que podem fazê-lo mais do que muitas mulheres.”

HELENA MIRANDA (CRP 03/5055) PSICÓLOGA ORIENTADORA FISCAL DA COF E INTEGRANTE DO GT RELAÇÕES DE GÊNERO E PSICOLOGIA



TOM CORREIA

“Pouco se fala, mas o “papel perfeito” construído para a Mulher, em nossa cultura, eminentemente conduzido por atributos históricos, política, mídia, ideologias, interesses, moral, crenças, consumo é o de ser mãe. Maternidade por muito tempo foi confundida com essência feminina, repelindo qualquer ideia de relação e/ou fecundação. Um equívoco social? Sim, pois ser mãe é uma coisa, ser Mulher é outra e maternidade implica, necessariamente, o verbo cuidar e o pronome alguém. Porém, essa fusão pré fabricada, onde Mulher é mãe e mãe é Mulher, nunca foi legítima, pois representa interesses e poder, daqueles que, ainda nos dias de hoje, confundem Mulher com corpo. Hoje, mesmo que tímido, o gênero tem vez, mas artigos masculinos ainda precedem o foco da atenção. Afinal, ser protagonista do próprio corpo é assunto contemporâneo e os direitos humanos, apesar das conquistas, ainda engatinham no Brasil. Em especial, aqui pelo Nordeste, em específico Bahia, onde os reflexos do descobrimento, catequização e exploração histórica fundem em vários momentos, corpo com jeito, dança com ousadia, raça com indiferença.”

BRUNO CHECHI PRESTES (CRP 03/IP6842). GT DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CRP-03



TOM CORREIA

A Comissão de Ética é responsável pelo julgamento das faltas éticas cometidas pelas (os) psicólogas (os). Os processos disciplinares são sigilosos, mas qualquer psicóloga (o) tem direito a acessar suas informações pessoais e solicitar declarações a serem emitidas pela Comissão de Ética.

1. Recebimento da representação: tudo começa na Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), na qual as denúncias são recebidas e analisadas, havendo indícios de infração ao Código de Ética a denúncia segue à (o) presidenta (e) do Conselho que elabora um despacho, no qual encaminha a representação à COE.

2. Fase preliminar: na COE é feita uma notificação para que a (o) denunciada (o) apresente em 15 dias defesa prévia. Até aí o processo ainda encontra-se em fase preliminar. Caso a defesa apresentada seja insuficiente, a Comissão poderá convocar as duas partes - denunciante e denunciada (o) – para prestar outras informações. Um relatório será elaborado pela Comissão, opinando pela instauração ou não do processo, que é encaminhado para a Plenária onde as (os) conselheiras (os) deliberam. Qualquer que seja a decisão da plenária, está sujeita a pedido de reconsideração pelas partes. Caso a decisão final após possíveis pedidos de reconsideração seja pela instauração do processo, este será iniciado.

3. O processo: nesta fase, a (o) denunciada (o) será citada(o) para apresentar contestação em 15 dias. Logo depois, é marcada uma audiência de instrução, para o depoimento pessoal das partes e para ouvir as testemunhas. O Código de Processamento Disciplinar (CPD) prevê um prazo para apresentação de alegações finais de 5 dias, sucessivamente, iniciando pela (o) denunciante e seguindo para a (o) profissional processada (o). Assim, a plenária indica um (a) relator (a) que elaborará o relatório de julgamento. Posteriormente, será marcada uma audiência de julgamento.

4. Recurso: Após o julgamento as partes terão o prazo de 30 dias para que, querendo, recorram da decisão. Caso isso não aconteça e haja uma condenação, a penalidade será executada. Se uma das partes recorrer da decisão, a execução de penalidade será suspensa até a decisão final do CFP.

As penalidades possíveis são: advertência, multa, censura pública, suspensão do exercício profissional por até 30 dias, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia e em última hipótese, cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

Fale com a COE: envie um email para coe@crp03.org.br

EDITAL DA COMISSÃO DE ÉTICA

Processo: 07/2002-Denunciante: Comissão de Orientação e Fiscalização- Denunciada: Iracy Márcia de Lima Fontes. Por ordem da Comissão de Ética do CRP 03 BA, fica ciente, a Psicóloga, IRACY MÁRCIA DE LIMA FONTES, CRP 03/1594, da decisão do processo ético Nº. 07/2002 da penalidade de ADVERTÊNCIA por infração ao Código de Ética do Psicólogo, imputado pela Comissão de Orientação e Fiscalização, art. 38, alíneas “a” e “f” do Código de Ética (Resolução 002/87 CFP), com fulcro no art. 80, § 1º do Código de Processamento Disciplinar. Salvador, 13 de abril de 2011.
JEANE HELENA SILVA ARAÚJO – Presidente da Comissão de Ética –CRP 03/4211

COF - Comissão de Orientação e Fiscalização

Instrumentos Psicológicos Ameaçados

Precursores de uma Psicologia Psicométrica, em busca de um campo de compreensão do ser humano baseado em evidências, os Testes Psicológicos traçaram ao longo da história um caminho de evolução constante. Uma tentativa nem sempre bem sucedida de quantificar e qualificar comportamentos, ou seja, apresentar medidas e interpretações ao campo do subjetivo e suas vicissitudes.

Concomitante ao desenvolvimento científico dos Testes Psicológicos desenvolveu-se pelos órgãos de fiscalização (Conselhos de Psicologia) toda uma normatização reguladora dos mesmos objetivando conferir fidedignidade à sua utilização e consequentemente aos resultados obtidos através da sua aplicação, a partir de um saber específico que o fundamenta: a Psicologia e sua (seu) protagonista: a(o) psicóloga(o). Os Testes Psicológicos são compreendidos como instrumentos de trabalho privativo da (o) psicóloga (o), incluindo também sua comercialização como previsto na Resolução do CFP nº 002/ 2003.

Com o advento da informática e suas múltiplas possibilidades, não só benefícios foram incorporados aos Testes Psicológicos, mas também um cenário falso com inúmeros procedimentos criminosos envolvendo a aplicação e disseminação dos mesmos, contrariando a sua verdadeira função e objetivo. É de conhecimento do Conselho que vários sites têm divulgado amplamente e de maneira indevida os referidos instrumentos, inclusive “ensinando” e passando “dicas” a candidatas (os) de concursos públicos como “melhor” respondê-los, objetivando aprovação. “Não estamos alheios a esta realidade e desde então temos feito um diálogo com os provedores destes sites, esclarecendo sobre a Legislação Brasileira e informando que a utilização de Testes Psico-

lógicos por não psicólogas(os) incorre no cometimento da contravenção penal do exercício ilegal da profissão, haja vista que se trata de método ou técnica privativa da(o) psicóloga(o)”, afirma o presidente do CFP, Humberto Verona em documento enviado aos Conselhos Regionais de Psicologia.

Em paralelo às ações do Conselho Federal de Psicologia contamos também, neste caso, com a colaboração da Polícia Federal que, em articulação junto ao CFP, tem auxiliado nas ações contra os provedores que mesmo alertados não retiram os referidos conteúdos do ar; assim como também na tomada de providências em relação aos sites hospedados em provedores estrangeiros (a maioria deles) e que, portanto, não estão submetidos à Legislação Brasileira. O Conselho também acionou o Ministério Público Federal quanto a esta questão, tendo sido solicitado que encaminhasse todos os ofícios expedidos aos sites envolvidos até o momento.

Por fim, informamos que o Conselho tem tomado as providências que estão ao seu alcance sobre o assunto e solicitamos às(os) psicólogas(os) que por ventura tenham conhecimento de sites divulgando conteúdos privativos da Psicologia comuniquem o fato ao CRP-03 através da COF, Comissão de Orientação e Fiscalização, pelo e-mail: cof@crp03.org.br

**Rogério Greenhalgh
Psicólogo Orientador Fiscal - CRP03/ 2012**

SATEPSI

Devido à importância da avaliação de Testes Psicológicos para a comunidade, o Conselho Federal de Psicologia elaborou o Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos, SATEPSI, a fim de reunir as principais informações sobre este assunto. O site permite ter acesso a uma lista atualizada de testes para uso, legislação, dúvidas frequentes e muito mais. **Acesse:** <http://www2.pol.org.br/satepsi/sistema/admin.cfm> e fique por dentro das notícias e informações sobre os testes psicológicos.

Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos



POR UMA MÍDIA MENOS ORDINÁRIA

Desrespeito à pessoa humana, incitação ao ódio e apologia à violência são ingredientes usados por alguns programas exibidos na TV brasileira. É para combater este tipo de veiculação distorcida que as(os) psicólogas(os) devem se mobilizar: há muito a ser feito

Texto: Tom Correia

Colaboração: Érica Daiane Costa (Intervozes)

Ilustrações: Edileno Capistrano



Se você costuma almoçar entre meio-dia e duas da tarde diante de um aparelho de televisão na capital baiana, é provável que em algum momento, zapeando entre os canais, você tenha visto um desfile de horrores de marrear o estômago: corpos ensanguentados, mutilações, tentativas de linchamento, incesto, chacinas, flagrantes de estupro, execuções sumárias e outras imagens grotescas utilizadas para alavancar uma audiência mórbida. Deve ter assistido também matérias em que mulheres e homens, quase todas(os) negras(os) ou quase negras(os), envolvidas(os) em algum tipo de delito

são humilhadas(os) publicamente, expostas(os) como culpadas(os) antes mesmo de um parecer da Justiça.

Entre 2008 e 2010 o site Ética na TV recebeu 31 denúncias de sensacionalismo e exposição de pessoas de maneira indigna contra o “Na Mira” (Aratu/SBT) e 54 notificações da mesma natureza contra o “Se Liga Bocão” (Itapoan/Record). Telespectadoras(es) que repudiam esses tipos de programa pseudo-jornalísticos, mandaram mensagens virtuais ou ligaram para o número 0800 619 619 denunciando as mesmas situações que levaram a

Ministério Público da Bahia a entrar, em 2009, com uma ação na Justiça para suspender a exibição do “Na Mira”. A nota do MP dizia que “sob o pretexto de ‘mostrar a vida real’, o programa apresentava (e apresenta) diariamente cenas de extrema violência e reportagens constrangendo, ilegalmente e de forma humilhante, pessoas negras e pobres que são presas pela polícia”. A ação foi impetrada na época pelos promotores Almiro Sena (Direitos Humanos) e Adelaide Moura (Criminal), baseando-se na exibição de cenas de barbárie explícita em horário acessível às crianças.

É justamente para preservar crianças e pré-adolescentes de programas nocivos ao seu desenvolvimento mental e psíquico que o debate em torno da Classificação Indicativa vem ganhando corpo na sociedade civil, mas ainda distante de um diálogo mais amplo. Recentemente, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) esteve presente a um encontro realizado pelo Ministério da Justiça (MJ). Entre as pautas a sexualidade/imagem da mulher e as drogas, o CFP apresentou proposta para discutir a Classificação Indicativa a entidades do movimento social e representantes das emissoras de TV. O Conselho questionou a ausência da Classificação nas propagandas e nas grades de programação. Instituições parceiras, como o Coletivo de Comunicação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a Universidade do Algarve e o Instituto Alana, também estão apoiando o que se discute sobre o tema.

Segundo o Guia Prático da Classificação Indicativa, o termo significa a indicação à família sobre a faixa etária para a qual obras audiovisuais (programação de TV, filmes, DVD, jogos eletrônicos e de interpretação – RPG) não se recomendam. A Classificação vincula a faixa horária à etária na televisão. Se fosse seguida à risca, de acordo o próprio MJ (ver quadro), programas sensacionalistas que exibem todo tipo de violência só poderiam ser veiculados a partir das 21 horas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afirma no seu artigo 76 que “as emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infante juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”. Não é o que se vê na prática, apesar da portaria do sistema de Classificação ter entrado em vigor em julho de 2007. Para o jornalista e membro do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, Pedro Caribé, todas as tentativas de reformas no geral, foram paralisadas nos últimos oito anos porque eram consideradas ameaça à liberdade de expressão pelas(os) empresárias(os) do setor. “No Brasil não temos uma regulação compatível com os tratados internacionais, e isso faz com que a gente tenha uma enxurrada de propagandas, principalmente na TV aberta, voltada ao público infantil, gerando hábitos culturais muito fortes em relação ao consumo entre crianças e adolescentes”, aponta.

O pedagogo e corredor do ECA, falecido em março deste ano, Antônio Carlos Gomes da Costa, acreditava que a classificação indicativa era uma “exigência inarredável” caso se quisesse promover e defender os direitos de quem tem entre zero e dezoito anos de idade. Em artigo publicado em 2009, o educador afirmava que crianças, adolescentes e adultos(os) não deveriam ser expostos(os) ao mesmo tipo de espetáculo. Ele discordava ainda do argumento defendido pela grande imprensa nacional: que, ao ser implementada, a classificação seria uma violação à liberdade de expressão e pensamento.

Contra os barões da mídia - Menos de 15 famílias hoje são proprietárias dos principais veículos no Brasil, ferindo o princípio da democratização uma vez que um mesmo grupo tem concessão para operar o sistema de TV, Rádio, Impresso, On Line, a chamada propriedade cruzada. Esta é uma forma expressiva da concentração dos meios de comunicação, o que, conforme prevê a Constituição Federal, é proibida. Como resultado disso há um monopólio na produção e difusão da informação, o que ocorre de acordo com interesses econômicos e po-

Símbolo	Classificação Indicativa	Características	Horário de exibição
L	Livre	Não expõe crianças a conteúdos potencialmente prejudiciais	Exibição em qualquer horário
10	Não recomendado para menores de 10 anos	Conteúdo violento ou linguagem inapropriada para crianças, mesmo em menor intensidade	Exibição em qualquer horário
12	Não recomendado para menores de 12 anos	As cenas podem conter agressão física, consumo de drogas e insinuação sexual	Exibição a partir das 20h
14	Não recomendado para menores de 14 anos	Conteúdos mais violentos e/ou de linguagem sexual mais acentuada	Exibição a partir das 21h
16	Não recomendado para menores de 16 anos	Conteúdos mais violentos ou com conteúdo sexual mais intenso, com cenas de tortura, suicídio, estupro ou nudez total	Exibição a partir das 22h
18	Não recomendado para menores de 18 anos	Conteúdos violentos e sexuais extremos. Cenas de sexo, incesto ou atos repetidos de tortura, mutilação ou abuso sexual.	Exibição a partir das 23h

CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA: GUIA PRÁTICO pg 7

líticos dos grupos que detêm as concessões. Tais interesses não consideram a diversidade sócio-cultural do país, desrespeitam a obrigatoriedade de veicular programação educativa de qualidade, contribuem para a reprodução das opressões contra negros e negras, mulheres, homossexuais, criminalizam os movimentos sociais, aumentando a cada dia as formas diversas de violação dos direitos humanos.

Nesse contexto, o controle social da mídia é defendido por diversas organizações como forma da sociedade intervir e propor mudanças para a realidade no Brasil. Dentro da proposta de um novo marco regulatório, por exemplo, se destaca a defesa do fim da propriedade cruzada e das concessões para políticos, além do incentivo à comunicação popular e comunitária e à produção e difusão de conteúdo regional e independente, a regulação de conteúdo, construção de mecanismos de participação e controle social nas políticas de comunicação que devem ser tratadas como políticas públicas. Se o fato de emissoras de rádio e TV pertencerem a seletos grupos privados já é um grande problema em si, a coisa se agrava quando surgem a omissão, distorção e manipulação de informações que terminam por prejudicar um dos pilares da prática do Jornalismo, tido como utópico para alguns teóricos: a imparcialidade. A sociedade, cada vez mais midiaticizada, passa horas inteiras conectadas ao mundo virtual ou com aparelhos de TV ligados de maneira permanente, é induzida a consumir o que é produzido baseado na lógica do lucro – seja notícia ou produtos bombardeados em enxurradas de propaganda – e não propriamente do serviço à(o) cidadã(o). Estima-se que nove famílias concentrem 95% da mídia do país, formando uma espécie de capitania hereditária das comunicações.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), formado por instituições da sociedade civil,

foi criado em 1991 para fazer frente aos problemas das comunicações no Brasil. Além do Conselho Federal de Psicologia, Federação Nacional dos Jornalistas e a Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (Abraço), o fórum é composto por outras 18 entidades nacionais e 135 regionais (lista completa no site do FNDC). De acordo com o programa do Fórum, “a luta pela democratização da comunicação vincula-se aos esforços para uma re-estruturação da sociedade brasileira, com o estabelecimento de garantias para o acesso a serviços públicos, ao trabalho e a condições de vida dignas para todas(as) as(os) brasileiras(os)”.



Na I Conferência de Comunicação (Confecom) realizada no final de 2009 em Brasília, foram aprovadas 572 propostas dentre as quais se destaca a criação do Conselho Nacional de Comunicação Social, visando colaborar com a regulamentação do setor e contando pela primeira vez com representantes dos movimentos sociais. A Bahia foi pioneira ao organizar um encontro estadual em 2008 que culminou com a Confecom.

Reforço de estereótipos - Para a psicóloga (CRP 03 2924), ex-presidente do CRP 03 e atual conselheira do CFP, Marilda Castelar, outra questão preocupante é não existir ainda no Brasil o cuidado na exposição de afrodescendentes na TV, gerando a naturalização do processo da desigualdade na mídia. "Na prática ainda não temos condições de equidade garantidas apesar da cota de 15% estar prevista em lei, que não vem sendo respeitada pelos veículos. E, mesmo quando aparece, o lugar das(os) negras(os) é em condições subalternas, reproduzindo a necessidade de discussão em torno da desigualdade social", afirma.

A forma como o gênero feminino é exposto na mídia é outra questão delicada, que também requer amplos debates e ações visando mudar uma situação anacrônica. Num país que tem uma mulher como máxima autoridade, as propagandas das cervejarias, por exemplo, continuam colocando a mulher como mera peça sexual decorativa, desejada apenas pelo seu corpo. Para a Doutora Berenice Bento, pesquisadora associada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UNB) e autora do livro "A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual" (Rio de Janeiro: Garamond, 2006), a publicidade é uma das formas mais inusitadas de se matar uma mulher.

No artigo "A cerveja e o assassinato do feminino", publicado na Folha de São Paulo em janeiro de 2007, ela afirma que as propagandas de cerveja são um exemplo inequívoco da violência simbólica contra as mulheres. "Nesses comerciais não há metáfora. A mulher está ali para ser consumida silenciosa e passivamente, sem esboçar reação pelo homem. Não podemos continuar passivamente consumindo discursos misóginos a cada dia, como se o mundo da televisão não estivesse ligado ao mundo real, como se as violências ali transmitidas tivessem um fim no click do controle remoto. Não há uma disjunção radical entre violência simbólica e física. Há um processo de retroalimentação", destaca.

Arregaçar as mangas - Para um tema tão vasto e enredado a outros temas transversais que diz respeito a toda(o) cidadã(o) brasileira(o), ficar de braços cruzados no caso de algumas categorias que podem fazer a diferença, é de uma letargia e omissão inaceitáveis. E se há uma categoria profissional que pode desenvolver um papel mais atuante na sociedade é a das(os) psicólogas(os). Segundo Pedro Caribé, a contribuição da classe tem crescido ultimamente. "Percebo que elas(es) têm participado de forma mais efetiva em duas das frentes de batalha mais árduas que temos, que é a regulação de conteúdo e a classificação indicativa.

Com a colaboração dessas(es) profissionais, tem sido possível fazer uma leitura mais fundamentada sobre os impactos da mídia na sociedade e na formação da cidadania", diz. Mas para Marilda Castelar, de modo geral, as(os) psicólogas(os) não estão sensibilizadas(os) para o movimento por uma comunicação democrática. Um dos motivos é a necessidade de qualificação das(os) profissionais para atuação no campo da Psicologia e Mídia. A produção de subjetividades pelos meios de comunicação ainda não faz parte do cotidiano da categoria, permanecendo afastada como se não tivesse grande responsabilidade em relação ao tema e suas políticas públicas. E o pior: de modo geral, as(os) próprios(as) psicólogas(os)

fornece munição para que a sociedade continue patinando sem conseguir avanços. Outra questão diz respeito ao aumento da participação de psicólogas(os) em programas vespertinos dos canais de TV abertos, em que às vezes elas(eles) emitem opiniões descabidas, indo de encontro às diretrizes da profissão.

"Existe algum engajamento, mas pouca militância entre a categoria, especialmente entre as (os) professoras(es) de Psicologia Social dos cursos de Publicidade. É preciso discutir ética na TV dentro das salas de aula e mostrar que é possível, por exemplo, fazer uma campanha publicitária que 'venda com criatividade os produtos' sem reforçar preconceitos, que seja inclusiva e possa transmitir valores que construam uma sociedade mais justa. Não se pode mais estar na mídia reproduzindo estereótipos", completa.

Futuras bandeiras - Além da Classificação Indicativa, que se desenha como o grande tema de 2011, outras pautas urgentes deverão ser discutidas nos próximos meses entre as organizações sociais empenhadas a mudar o cenário atual. Dentre elas, a construção de um novo marco regulatório da comunicação no Brasil com base na reformulação do capítulo V da Constituição Federal. Com o novo marco ou lei geral das comunicações deve haver a valorização das emissoras de caráter público, a regulamentação da diversidade e pluralidade de conteúdos, sem perder de vista a necessidade de atentar para o uso das concessões por políticos e para atender a interesses econômicos apenas. Outro ponto que tem despertado atenção é a defesa da universalização do acesso à

"Nossa categoria discute muito sobre cinema, cultura e a influência da mídia sobre as pessoas, mas a gente não discute ainda as políticas públicas em torno do tema"
Marilda Castelar

internet de qualidade, proposta que está ligada ao Plano Nacional de Banda Larga em discussão no governo. Os estados também têm apontado outras pautas prioritárias, a exemplo da implantação do Conselho de Comunicação na Bahia, em meio a um processo de formulação da proposta de lei e articulação para sua implementação.

De acordo com Caribé, o próprio Lula admitiu, ao deixar a presidência, que houve poucos avanços na regulamentação do setor. O acesso a canais de TV de qualidade, à banda larga ainda é muito baixo e um dos motivos para essa estagnação é que o Ministério das Comunicações esteve nas mãos de Hélio Costa, dono de emissoras de rádio no interior de Minas Gerais e que sempre defendeu os interesses das(os) radiodifusoras(es). "Já o Governo Dilma, neste primeiro momento, acena com uma proposta mais aberta ao diálogo com a sociedade civil. O ministro Paulo Bernardo tem exposto a pasta a um debate público que não existia antes e isso nos deixa muito otimistas", conclui. Certo é que nos próximos anos haverá muitas discussões no Brasil em torno de tema essenciais para as futuras gerações e há muito em jogo. Para

Confira as propostas defendidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia na I Conferência de Comunicação, Brasília, 2009 e veja as frentes de trabalho em que a participação das(os) psicólogas(os) é essencial:

Contra exploração da imagem humana da publicidade - Corpos de homens, mulheres crianças e adolescentes são usados em propagandas publicitárias para atrair o consumo das (os) espectadoras (es). A imagem passada torna-se modelo de padrão de beleza, muitas vezes inalcançável, que acaba gerando baixa autoestima, conflitos e sofrimentos.

Controle Social da Mídia - O Sistema Conselhos de Psicologia defende que a Comunicação é um direito. O Controle Social da Mídia é pensado para que a sociedade tenha a oportunidade de participar das questões da comunicação social no Brasil e que esta esteja a serviço da construção do país.

Fim da publicidade dirigida a crianças e adolescentes - Países como Bélgica, Grécia e Inglaterra já regulam a publicidade dirigida às crianças e adolescentes. O Conselho Federal defende que "com adolescentes – seres em processo de formação de identidade – e as crianças – que não têm ainda todas as ferramentas intelectuais que permitem a construção do real – a publicidade tem grandes chances de convencer sobre a necessidade ou vontade de um objeto e incentivar o consumismo.

Fim da Publicidade de Bebidas Alcoólicas - A publicidade das bebidas alcoólicas combina a ideia de felicidade com o consumo da bebida além de abusar do uso das imagens dos corpos, principalmente das mulheres, transformando-os em objeto de desejo. A discussão em torno dessa questão gira em torno de esclarecer as pessoas do que são e os efeitos destes produtos anunciados.

Mídia e Trânsito - Mesmo com as campanhas que objetivam a paz no trânsito, propagandas que estimulam a aquisição de transportes individuais mais velozes tomam espaço nos veículos de comunicação. O Código de Trânsito Brasileiro determina que a velocidade máxima nas peças seja de 120km/h, mas muitos veículos superam esta marca. A ideia das propagandas relacionadas aos meios de transporte individuais é a sensação de poder e status que a(o) indivíduo(o) pode adquirir caso compre-o.

Marilda, a necessidade de mobilização é grande. DESTACAR – OLHO "Nossa categoria discute muito sobre cinema, cultura e a influência da mídia sobre as pessoas, mas a gente não discute ainda as políticas públicas em torno do tema", conclama.

Consumir, passiva e bovinamente, o que se veicula atualmente nos meios de comunicação do país é contribuir para que se produzam gerações cada vez mais doentias, destituídas de valores e degradadas ao extremo. E vislumbrar esse tipo de futuro para a nossa sociedade é um prato indigesto. Tão intragável quanto tentar ingerir algo vendo um monitor de TV espirrar sangue bem na hora do almoço.

Esta reportagem contou também com a colaboração das psicólogas Helena Miranda, Marilda Castelar e Rosângela Castro. @



Presidente da República entre 1985 e 1990, José Sarney (sim, aquele mesmo, atual presidente do Senado, acredite) criou um plano econômico mirabolante para acabar com a inflação em 1986, época em que os brasileiros e brasileiras se intitulavam como "fiscais do Sarney" para denunciar a remarcação de preços e fechar supermercados. Tudo isso teve um custo. Para que o Congresso votasse a favor de um mandato de cinco anos, ele liberou nada menos do que 527 concessões e permissões para abertura de emissoras de rádio e TV, estabelecendo uma escandalosa moeda de troca.

Documentários

"Muito além do Cidadão Kane", 1993, Simon Hartog.

"A Negação do Brasil", 2000, Joel Zito Araújo.

"Levante sua voz", 2009, Pedro Ekman.

Filme

Filme: "Cidadão Kane", 1941, Orson Welles.

Saiba +

Classificação Indicativa: <http://culturadigital.br/classind/>

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação: <http://www.fndc.org.br/>

Intervozes: www.intervozes.org.br

<http://www.eticanatv.org.br/>

<http://www.direitoacomunicacao.org.br/>

<http://www.donosdamidia.com.br>

Livros

"Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade", 2009, Conselho Federal de Psicologia

"Mídia e Violência", 2007, Sílvia Ramos e Anabela Paiva



TOM CORREIA

Psicóloga (FTC) e Musicoterapeuta (UCSAI), Aline Góes (CRP 03/6204) atua na área da infância e adolescência há onze anos. Sua proposta é conciliar a Psicologia a outros saberes através de elementos da música (melodia, harmonia, ritmo) possibilitando a abertura de novos canais de comunicação sobretudo naquilo que não pode ser expresso verbalmente. Para ela essa aliança atende ainda a necessidades físicas, mentais, sociais e cognitivas. Aline também é voluntária do Projeto "Viva e deixe viver" da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, onde atua como facilitadora das oficinas "Cantando Histórias" (foto).

Crianças Abridadas

Vanessa Loureiro

LUCIANA FRANÇA BARRETO¹

Abrigo é um lugar de proteção. Conforme prevê o ECA em seu artigo 101, a medida de abrigamento em entidade é um dos últimos recursos a serem adotados pelas autoridades competentes a fim de garantir os direitos básicos de crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade ou risco social. Embora a Lei Federal 8069/90 e outras normativas de âmbito municipal estabeleçam critérios mínimos de funcionamento, muitas instituições ainda tropeçam na tênue linha entre manter seus costumes arraigados no histórico da filantropia e, ao mesmo tempo, adequar-se às referidas normativas enquanto entidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e inscrevem-se na lógica do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) na garantia da Proteção Social Especial.

O fato é que muitos abrigos ainda se posicionam como casa da beneficência que abre suas portas para fazer o bem às (aos) desvalidas(os), distantes da postura de instituição de interesse público que deve contribuir para o enfrentamento de violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes de forma integrada ao Sistema de Garantia de Direitos. É no abrigo que muitas crianças passam grande parte da infância. É lá que muitas crescem e atravessam toda a adolescência. Embora deveriam constituir medida provisória e último recurso, os abrigos acabam por substituir a casa e a família, que foram negadas àquelas crianças pelo fracasso das políticas públicas de apoio sociofamiliar.

Lugar de proteção, mas também de obediência. A obediência considerada indispensável para garantir a ordem e funcionamento da instituição, pode se tornar produto da opressão, quando, para obtê-la, o abrigo recorre aos castigos físicos e humilhantes, visando domesticar as crianças e ajustá-las às normas, fazendo do castigo físico um código aprendido desde cedo. É comum, ainda, a replicação da violência em crianças maiores contra as menores, refletindo o aprendizado de que é possível dominar grupos e indivíduos pela força. Muitas crianças e adolescentes abrigadas(os) nunca conheceram outra linguagem para se relacionar com as(os) adultas(os), senão a linguagem da dor e da dominação. Muitas já trazem consigo a vivência violenta do próprio ambiente familiar, representada pelo uso de diversos tipos de castigos físicos.

A utilização da violência enquanto estratégia de docilização dos pequenos corpos a fim de ajustá-los ao ambiente institucional, revitimiza as crianças e amplia o ciclo de opressão que se encontram enredadas. Os sentimentos de submissão, medo e subalternidade inscrevem-se na subjetividade infantil afastando a autonomia necessária para lidar criativa e espontaneamente com as situações adversas da vida cotidiana. Há casos em que os castigos físicos nos abrigos são indiscriminados e severos. Em um abrigo de Salvador, Bahia, dos mais conhecidos e equipados, descobriu-se que algumas crianças urinavam de medo e ansiedade ao ouvir os passos da freira diretora, a quem chamavam de mãe.

Mas o abrigo, enquanto local de proteção, deve assumir ainda o papel de libertar. Inscritos na Rede de Proteção como agentes de Garantia de Direitos, os abrigos devem encarar o desafio de ser mais do que a casa, o alimento, a roupa lavada. Ensinar que há dentro de cada um(a) a possibilidade de, em parceria com a(o)s demais, reverter a lógica da exclusão. Demonstrar que o ambiente familiar pode ser compartilhado com solidariedade e respeito aos demais e que é possível constituir um espaço democrático com paz e cooperação. Os abrigos podem disseminar, se quiserem, estes princípios. Não através de palestras de especialistas, mas adotando uma postura pedagógica neste sentido.

Mas como educar e libertar? Como é possível controlar sem punir? Qual a cura da indisciplina e da transgressão? Falar é fácil, quem está aqui no dia-a-dia sabe o que é educar meninos e meninas sem lei, afirmam muitos dirigentes e cuidadoras(es). Estas podem ser algumas perguntas ou falas dos abrigos. A resposta, se estivesse pronta e acabada, com certeza já teria sido industrializada e vendida em forma de cápsulas medicinais. É justamente por ser difícil que requer experimentos, reinvenções de práticas educativas e crenças defasadas. Pensar o abrigo como espaço mais de transformação que contenção. Mais de autonomia e menos de subordinação. Lugar de muita conversa e nenhuma palmada.

A Rede Não Bata, Eduque, criada em 2006 e composta por cerca de 300 pessoas e instituições, está à frente do movimento pela erradicação dos castigos físicos e tratamento humilhante de crianças e adolescentes no Brasil. A Rede é apoiada pelo Conanda - Conselho Nacional de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e pela ABMP. Na Bahia, é representada pelo Projeto Proteger, membro do seu Conselho Gestor.



¹ Luciana França Barreto, psicóloga (CRP 03/3277), mestrandia em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional pela UNEB, integrou durante três anos a equipe do Programa Retorno ao Lar – Ministério Público da Bahia. É representante do CRP 03 no Comitê Estadual da Rede Não Bata, Eduque.

Este texto foi publicado no livro "Infância, Direitos e Violência" organizado por Wanderlino Nogueira Neto e Eleonora Ramos, lançado em outubro de 2010 durante o Seminário "Educar sem Castigo", no qual o Ministério Público da Bahia confirmou o apoio ao projeto de lei PL 7672/2010 que proíbe os castigos físicos e humilhantes em crianças e adolescentes.

As três paixões de Monalisa

Viajar, estar com a família e exercer a profissão que escolheu aos 16 anos fazem da tesoureira do Conselho Federal de Psicologia uma privilegiada: poucas(os) conseguem viver com tanto entusiasmo para contribuir com o mundo



Texto: Tom Correia
Fotos: Arquivo Pessoal

A distância de 490 km e a diferença de clima entre Salvador e Vitória da Conquista são grandes, mas foi vivendo nas duas cidades que a infância de uma menina se desenvolveu. Nascida na capital baiana, a pequena cresceu em meio ao frio típico da terceira maior cidade da Bahia, o que não impedia suas brincadeiras com as(os) pequenas(os) amigas(os) feitas em cada rua por onde passava. No anos 1970, ela costumava jogar vôlei e baleado nas ruas, símbolo da utilização do espaço público e da liberdade infantil de ir e vir, hoje restritas pelo contexto socialmente violento que se vive no país.

Mais velha de quatro irmãos, Monalisa sempre se viu rodeada de gente. A casa ficava repleta de amigas(os) dos pais e das(os) primas(os) que passavam férias em Conquista. Na fazenda onde se reuniam, havia tantas camas para as(os) hóspedes que chegavam a chamar de “enfermarias” os quartos das meninas e dos meninos. No dia em que nasceu, a primeira filha de seu Hormindo Barros (falecido em 1996 aos 60 anos) e de dona Margarida recebeu de presente um álbum de Nat King Cole (1919-1965) assinado pelo próprio pai. A canção “Monalisa”, um dos grandes sucessos do cantor norte-americano, serviu de inspiração para que ele batizasse a primogênita.

Foi quando uma prática até certo ponto corriqueira no interior deixaria marcas indeléveis na formação da garota. Tão fortes que talvez tenham influenciado na escolha de seu futuro profissional. Irmãos gêmeos foram deixados na porta da casa dos seus pais com um bilhete dizendo que os bebês só tinham se alimentado no hospital. Um faleceu devido à desnutrição, mas o outro, que ganhou o nome de Maurício, sobreviveu. Na época, Monalisa tinha apenas um ano de idade, mas ao crescer, defender o irmão na escola passou a ser algo comum. “Quando as limitações dele ficavam evidentes as outras crianças brincavam com isso e eu o protegia, indo muitas vezes falar com o diretor para que aquilo não continuasse”, recorda. Ela acredita que a experiência com o irmão, hoje com 44 anos, talvez tenha deflagrado o desejo de compreender a mente humana.

Quando um(a) adolescente escolhe uma carreira, de modo geral é suscetível a mudanças de rumo, mas com a futura psicóloga não aconteceu. Aos dezesseis anos, enfrentando os conflitos naturais da idade, foi aprovada pela Universidade Federal da Bahia, a despeito dos comentários de seu Hormindo. Ele desejava que a filha tivesse uma atividade que permitisse contato com pessoas felizes, algo que a profissão não promete. Hoje, depois de um Mestrado em Pesquisa Aplicada à População na Inglaterra e de se tornar conselheira do CFP, ela encara o questionamento paterno de maneira divertida. “É muito raro alguém escolher uma profissão ainda tão jovem, mas tive sorte. Optei por uma carreira que terminou se mostrando muito interessante em termos intelectuais”, afirma. Professora do curso de Medicina da Universidade Estadual do Sudoeste da

Bahia (UESB), Monalisa atualmente faz o Doutorado em Medicina Social da Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto), desenvolvendo tese sobre a medicalização do corpo feminino.

“A mobilização social é convocar vontades e desejos e construir intervenções possíveis com o olhar marcado sempre pela consideração das subjetividades e das relações humanas que a Psicologia traz”

Sonhadora que mobiliza

Em 1995, ela fundou a ONG Programa de Educação para a Vida (PEV) com sede em Vitória da Conquista. Foi desenvolvendo uma série de projetos voltados para jovens e adolescentes da região, que em 2000 a psicóloga coordenou o “Festival para a Vida”, que reuniu 2 mil jovens líderes de escolas e educadoras(es) nas dependências da UESB. Foram oferecidas 60 oficinas (artes, corpo e temáticas) que estimularam as(os) estudantes a refletirem e se expressarem sobre as condições sociais do país. “O evento foi um momento muito importante na minha vida profissional. Na ocasião, eu disse que se me pedissem pra sonhar de olhos abertos, eu estava realizando um sonho naquele instante. A mobilização foi muito grande e fiquei muito feliz com o resultado”, revela. Após o festival, o PEV tomou um impulso muito grande.

A ONG passou a ter projetos financiados pela Unesco, pelos Ministérios da Saúde, do Trabalho e pelo Governo do Estado, sempre apoiando intervenções sociais entre as(os) jovens sem distinção, chegando a receber o Prêmio Saúde Brasil com o trabalho de protagonismo juvenil na prevenção de DST/Aids.

Os desafios da Saúde também são destaques da sua atuação: participou da implantação do projeto Mãe Canguru no Hospital Municipal Esau Matos, unidade referência para gravidez de alto risco no sudoeste baiano. Na UESB, como coordenadora da área de Saúde Coletiva e professora de Saúde Pública no curso de Medicina, orientou suas(seus) alunas(os) a atuarem em campo.

No bairro Conjunto da Vitória, a violência era o maior problema e durante um semestre inteiro foram adotadas uma série de atividades esportivas e culturais no sentido de reconstruir as relações. Já na Unidade de Saúde da Família do Centro Social Urbano, as(os) moradoras(es) apontaram os problemas decorrentes do envelhecimento e cada aluna(o) acompanhou uma(id) idosa(o) para conhecer a sua história. O resultado da experiência foi publicado em livro e, cada capítulo, além de abordar a vida das(os) mais antigas(os), traz informações de prevenção sobre as enfermidades encontradas na comunidade, a exemplo de hipertensão e diabetes. No dia do lançamento, houve intensa movimentação local, com festa, banda e desfile de moda de senhoras da terceira idade.

“É isso que me encanta na Psicologia: mostrar novas

possibilidades para se pensar em promoção social da Saúde saindo da construção de soluções individualizadas para respostas mais coletivas”, revela. Consciente de que a mobilização ainda é minoritária entre a categoria, ela acredita que nos cursos reside a origem da apatia. “A formação ainda é presa, voltada à clínica, ao indivíduo, à análise do que é muito particular”, aponta. Este ano, outro momento de realização. O livro “Adolescência e Psicologia”, organizado por ela e com três capítulos de sua autoria, foi uma das bibliografias recomendadas no concurso de 2011 para residência na área pelo Sistema Único de Saúde no Estado.

Cidadã do mundo, ativista local

Mesmo em consultório, ela sempre atendeu aos chamados para intervir socialmente. “Apesar de ter atuado em clínica durante mais de vinte anos, nunca pude me dedicar exclusivamente porque era uma roupa muito apertada para eu usar o tempo todo”, diz. Além de todo seu envolvimento no sistema Conselhos, que a ajudou a desenvolver a construção do compromisso com o coletivo, as viagens que faz pelo mundo também aguçam seu olhar. Ao lado dos filhos Rafael, Leonardo, Livia, Júlia e Pedro e do marido, Márcio Machado, também um viajante convicto, ela circula desde cidadezinhas baianas como Itarantim ou Rio de Contas até Exeter, Inglaterra, onde fez seu mestrado: já esteve em 25 países em quatro continentes, Américas, África e Europa.

E não se trata de viagens meramente turísticas. De alguma forma, as experiências vividas lá fora terminam sendo aplicadas nas iniciativas que ela desenvolve na sua terra. “Viajar me ajuda a conhecer outras sociedades, outras formas de organização e isso me enriquece muito. Sou uma pessoa entusiasmada com a vida, a profissão, os projetos e acho que isso me impulsiona, mas por outro lado também me traz problemas, porque nem todas as pessoas possuem esse entusiasmo”, conclui.

Um verso da canção “Monalisa” diz que “muitos sonhos foram trazidos à sua porta”. A Monalisa psicóloga, além de ter realizado quase todos que surgiram à sua frente, ainda está em busca de muitos outros. Vitória da Conquista a espera; a Ásia está logo ali. 🌍

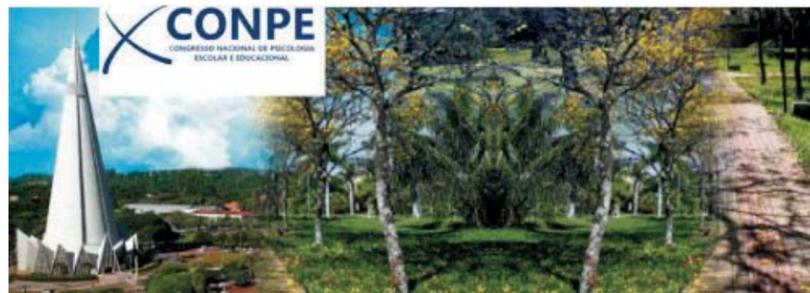
“Tenho a grande felicidade de trabalhar com o que eu gosto. Fico sentida quando percebo pessoas que passam o tempo inteiro fazendo o que não gostam. Acho isso um desperdício de vida”



Nos Alpes Franceses em 2010: giro pelo mundo e ações voltadas para a realidade onde vive

X Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional

Com realização da ABRAPEE – Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional e da Universidade Estadual de Maringá, o X CONPE - Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional será promovido entre os dias 03 e 06 de julho de 2011, na Universidade Estadual de Maringá, Paraná. Com o tema Psicologia Escolar e Educacional: Caminhos Trilhados, Caminhos a Percorrer, o congresso tem como alguns dos objetivos: resgatar a história da Psicologia Escolar e Educacional construída pela ABRAPEE, aprofundar as questões teóricas e práticas concernentes à Psicologia Escolar e Educacional no Brasil, contribuir para a formação da (o) psicóloga (o) escolar e do (a) educador (a), considerando as características regionais, nacionais e internacionais entre outros. Para saber mais acesse o site do evento: <http://www.conpe.com.br/>.



XXXIII Congresso of the InterAmerican Society of Psychology



Em Medellín - Colômbia será promovido o XXXIII Congresso of the Inter American Society of Psychology, entre os dias 26 a 30 de junho de 2011. O evento é organizado pela Universidad de San Buenaventura Medellín. Informações e inscrições: <http://www.sip2011.org/index.php?lang=en>.

III Congresso Luso – Brasileiro de Psicologia e Saúde

O III Congresso Luso-Brasileiro de Psicologia da Saúde acontecerá entre os dias 26 e 28 de maio de 2011, na Universidade Metodista de São Paulo, e tem como objetivo assinalar a relevância das mudanças sociais e culturais para a promoção de saúde no contexto familiar, escolar, do trabalho, da mobilidade humana, do lazer, dos esportes, entre outros. As inscrições já estão abertas. Inscrições e informações: (11) 4366-5577/ <http://www.metodista.br/>.

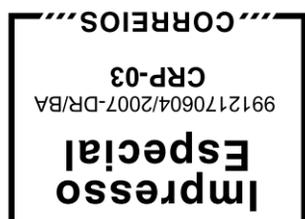
I Congresso Catarinense Psicologia: Ciência e Profissão

O I Congresso Catarinense Psicologia: Ciência e Profissão será realizado entre os dias 19 e 21 de maio de 2011, no Centro Cultural e Eventos da UFSC – Florianópolis. O evento aborda diversidade da Psicologia em torno do diálogo sobre os desafios e as possibilidades para ciência e profissão em Santa Catarina. Inscrições e informações: www.crp03.org.br/cienciaeprofissao.



Atualize seus dados

Psicóloga (o) mantenha seus dados cadastrais atualizados. Caso tenha alterado seu endereço, telefone, e-mail ou entre no site do CRP-03: www.crp03.org.br, clique em "Informações", no menu principal, e em seguida clique em "Atualização de dados". O link direto para a página é: <http://www.crp03.org.br/site/Atualizadados.aspx>. Com os dados atualizados você poderá receber correspondências informes do Conselho em dia. Fique por dentro do que acontece no seu Regional e na sua profissão!



REMETENTE
Conselho Regional de
Psicologia da 3ª Região
Rua Aristides Novis, 27, Federação
40210-630 - Salvador - BA